



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## **SOBRE SABERES, PODERES, PRÁTICAS E SENTIDOS: APONTAMENTOS PARA UMA ARQUEGENEALOGIA DA PRODUÇÃO LITERÁRIA**

Rosely Costa Silva Gomes\*  
(UESB)

### **RESUMO**

No presente estudo tentaremos descrever aspectos do funcionamento da produção literária, pela análise da formação das modalidades enunciativas. Por esse viés metodológico, a *leitura* da Divina Comédia – nosso corpus para análise - será realizada a partir de um dispositivo que conjuga a intersecção de três aspectos que se encontram imbricados na formação das modalidades enunciativas: o *status* do sujeito, os lugares institucionais de onde emergem os discursos e as posições de sujeito. O presente estudo é um recorte do nosso projeto de doutorado denominado *Arquegenealogia do Literário na Cultura Ocidental*, que tem por objetivo refletir sobre a constituição dos sentidos na produção literária, pela apreensão de aspectos relativos ao seu modo de ser nas suas transformações históricas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saber. Sentido. Literatura.

### **INTRODUÇÃO**

A constatação segundo a qual *o ponto de vista cria o objeto* coloca em evidência o problema da *perspectiva* frente à interpretação dos fatos e dos objetos do mundo. A noção de sujeito daí derivada - uma posição dentro do sistema - abre a possibilidade de um questionamento infinito sobre os sentidos que se atribuem aos objetos de análise em cada gesto de interpretação. Essa é a problemática que nos impele na realização deste estudo, recorte de um projeto mais amplo denominado *Arquegenealogia do Literário na Cultura Ocidental*, que tem por

---

\* Doutoranda em Estudos Linguísticos UFU/UESB. Membro do LEDIF: Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos. E-mail: costarosely@ig.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

objetivo refletir sobre a constituição dos sentidos da/na produção literária, pela apreensão de aspectos relativos ao modo de ser dessa produção nas suas transformações históricas. Assevera-se aqui que a compreensão da produção literária exige uma análise das condições históricas que possibilitaram a emergência de cada modalidade enunciativa em uma dada conjuntura. Não para buscar aí as influências, as causas que a determinaram, mas para pensar um modo de funcionamento em relação com outras produções discursivas e domínios não discursivos: instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos (cf. FOUCAULT, 2000, p.186). Por essa perspectiva intenta-se também refletir sobre como e por que tais domínios fazem parte das condições de emergência, inserção e funcionamento dessa produção.

Daí a questão que nos guia no momento: quais regras regiam a função enunciativa literária num período que antecedeu aquilo que se definiu como o campo da literatura? Oportuno se faz destacar que “as regras jamais se apresentam nas formulações; atravessam-nas e constituem para elas um espaço de coexistência;” (FOUCAULT, 2000, p.168). É por dedução, em confronto com as condições históricas que as identificaremos.

Em vista dos nossos propósitos, tentaremos descrever aspectos do funcionamento da produção literária no período denominado Renascença. Será tomada como *corpus* para análise a obra “A Divina Comédia” de Dante Alighieri.<sup>691</sup>

Perdida a reta via, encontrava-se o poeta entre três feras, quando por intervenção das divindades, vem o mestre em seu auxílio. O discípulo é Dante e o seu mestre Virgílio. Encontrava-se este último na região do Limbo, para a qual fora condenado após a morte, quando, em atenção ao pedido de três damas da corte celestial, ocorre em socorro de Dante, incumbindo-se da tarefa de acompanhá-lo

---

<sup>691</sup> Não há consenso entre os estudiosos quanto à inclusão da obra de Dante ao período medieval ou à Renascença. Mesmo frente a essa controvérsia, selecionamos a referida obra pela consideração de que mudanças significativas na relação saber-poder que transpassa a referida obra só serão observadas a partir da modernidade. Ademais, a inserção da obra em um ou outro período é indiferente aos propósitos desse estudo.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

em retorno ao caminho da sua salvação. Encorajado pela companhia do mestre, e já livre da ameaça que o paralisara, Dante decide empreender a travessia que o conduzirá ao bom caminho, a qual comporta desde a descida às fossas abissais - cratera escavada nas profundezas do globo terrestre, quando da queda do anjo rebelde; império de Lúcifer - até o ponto mais alto do Empíreo, onde se coloca à vista da Divina Potestade, *o Amor que move o Sol e as mais estrelas*.

A síntese acima apresentada será tomada como ponto inicial à análise enunciativa que nos propomos a desenvolver.

A *Divina Comédia* inscreve-se no interior de um domínio de *obras* produzidas com finalidade moral, religiosa ou escatológica. Parece ter se constituído no entremeio de duas outras produções muito comuns no mundo medieval: a *Visio* e o *Exemplum*.

A *Visio*, segundo Carpeaux (2012), constituía-se de um relato da visão de um místico ou outro homem pio em que se lhe revelavam os segredos do outro mundo. Nestes textos, pela via do sonho, de visões alucinatórias ou em uma experiência momentânea de morte, o visionário é levado ao Além, sendo conduzido por um anjo em visita a três espaços: Inferno, Purgatório e Paraíso. Nessa experiência, o visionário teria a oportunidade de entrar em contato com os castigos aplicados nos abismos infernais, experimentar a esperança de redenção reservada aos que se achavam no purgatório, além do gozo inefável do paraíso. Essas experiências deviam ser partilhadas quando do seu retorno, que sempre implicava na conversão do viajante-visionário.

Bastante comuns durante toda a Idade Média, esses relatos redigidos quase sempre em latim, constituíram um gênero literário de ampla produção até o século XII, sendo os mosteiros os centros responsáveis pela redação e difusão dessa literatura (Cf. DELUMEAU, 2003, p. 76).

Embora muito difundidos nesse período, sua origem é remota e há quem afirme que essa tradição pode ter sido inaugurada já na Odisseia de Homero. Entre



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

outras produções que poderiam ser inseridas nesse quadro identificam-se os apocalipses judaico cristãos, compostos entre os séculos II a.c a III d. c., bem como as narrativas pagãs, especialmente irlandesas, de viagens ao Outro Mundo, conforme Le Goff (1994).

O *Exemplum*, produção a que aludimos anteriormente ao lado da *Visio*, refere-se, no *E-Dicionário* de Termos Literários de Carlos Ceia, às histórias integradas nos sermões medievais para ilustrar um ponto forte de um discurso. A enciclopédia virtual *Wikipedia* define o verbete como uma anedota moral, breve ou extensa, real ou fictícia, em que pela ênfase nos bons ou maus traços do caráter de figuras famosas, se ilustrava aspectos doutrinários ou conclusões morais.

Os enunciados abaixo, extraídos da Comédia, apontam para uma aproximação com o gênero acima referido: “Que Deus te deixe, leitor, colher fruto/desta lição, e vai por ti entendendo/se eu podia conservar o rosto enxuto,/nossa imagem assim de perto vendo/tão torta, que dos olhos lacrimosos/seu choro ia pelas nádegas vertendo”.(Canto XX, versos 19-24. INFERNO).

Nos círculos infernais, os adivinhos tinham a cabeça torcida para as costas, isso “porque demais quis ver para adiante: pra trás ele olha, e anda recuando.” (INFERNO, Canto XX, versos 38-39). O sujeito enunciadador exorta aos leitores para que a partir do exemplo não venham a incorrer no mesmo tipo de erro.

A abordagem da Divina Comédia, no confronto com a *Visio* e o *Exemplum* direciona-nos para a identificação de regularidades discursivas a partir da descrição das regras de formação das modalidades enunciativas. Por essa opção metodológica nos será possível compreender como modalidades enunciativas tão divergentes em suas formas e temas, dispersas no tempo, podem se encadear para formar a unidade a que denominamos literatura, fim a que nos direcionamos para a constituição de uma arqueogenealogia do literário. Por hora, nossa tarefa consiste em descrever as regras de formação no período aqui em foco. Por esse viés



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

metodológico, a *leitura* da Divina Comédia será realizada a partir de um dispositivo que conjuga a intersecção de três aspectos que se encontram imbricados na formação das modalidades enunciativas: o *status* do sujeito, os lugares institucionais de onde emergem os discursos e as posições de sujeito.

Para orientar a nossa descrição, utilizaremos um conjunto de questões apresentadas por Foucault:

A) Primeira questão: quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?(FOUCAULT, 2000, p.57)

As questões acima propostas por Foucault trazem à tona todo um jogo de interdições e rarefação dos sujeitos que permeia os discursos. A fim de bem delinear o sujeito do enunciado que se encontra implicado no processo de formação das modalidades enunciativas acima referidas, vamos recensear alguns saberes que estão na base da produção da Divina Comédia. Para esse propósito, o comentário de Carpeaux mostra-se esclarecedor:

o Céu de Dante não é a fantasia arbitrária de um sonhador, mas um edifício construído segundo as normas sólidas da lógica escolástica, com os elementos de uma doutrina religiosa coerente e de uma doutrina política bem elaborada. (CARPEAUX, 2009, p.17).

Para esse fim, nobre e utópico, empregou todos os meios então conhecidos de expressão: as visões dos monges e os apocalipses dos místicos; a poesia dos trovadores e o hino dos franciscanos; o *dolce stil novo* e o humorismo dos diabos, nos Mistérios; as superstições infernais dos seus antepassados etruscos e o intelectualismo aristotélico do seu mestre Tomás de Aquino. (CARPEAUX, 2009, p. 18).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O texto também retoma discussões filosóficas, bem como ensinamentos dos antigos, fato que pode ser confirmado nas considerações de Carpeaux (2009, p.14).

Quando Dante pretendeu julgar os seus adversários, instituiu um sistema de penas infernais, fielmente conforme a ética aristotélico-tomista, que forneceu as linhas mestras da composição de seu poema, e conforme a astronomia ptolomaica, que lhe forneceu os andaimes *científicos* do imenso edifício do seu Universo.

Na própria obra encontramos remissões aos saberes que permeiam sua constituição. Os enunciados abaixo destacados referem-se ao episódio em que Dante é arguido por São Pedro quanto ao seu entendimento a respeito da fé católica:

E esse santo Barão que interrogado,/ramo a ramo subindo, já me havia/ tanto que a copa havíamos já alcançado, /tornou-me: “A Graça, que piamente guia/ o teu intelecto, até agora te abriu/ a boca tal como abrir se devia,/ tanto que aprovo o que dela surgiu;/ mas deves ora expressar o que crês/ e de onde veio quando a ti se abriu”.

[...]

Minha crença, não só hei que ma prove/**Física e Metafísica e as celestes/visões, mas a Verdade que nos chove/ sempre daqui, e o entendimento destes/ Profetas, e dos Salmos, de Moisés,/E do Evangelho que vós escrevestes.** (PARAÍSO, Canto XXIV, versos: 115-123; 133-139. Grifos nossos).

Em vista do vasto conjunto de saberes oriundos de campos discursivos diversos que confluíram para a constituição da obra, retomamos a questão inicial, a fim de delinear o sujeito do enunciado: qual é o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2000, p.57).

Cada conjuntura histórica constrói/define/produz espaços legítimos de produção de saberes, cuja delimitação se dá no interior de uma prática discursiva.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Ao mesmo tempo em que define esses espaços, traça o *status* daqueles que podem tomar posição para enunciar nesses espaços.

Por dedução das considerações precedentes, uma primeira condição se impõe: o sujeito deve ser alguém que sabe ler e escrever. Condição que pode parecer óbvia para uma cultura alfabetizada, mas que, na conjuntura histórica em que emerge a Divina Comédia, deve ser vista como um privilégio de uns poucos iniciados, um traço distintivo. Havia nesse período muito pouca gente letrada. Os livros eram escassos e caros, poucas pessoas podiam adquiri-los. Somente após 1500, com a invenção da imprensa, é que o livro inicia sua rota de expansão (cf. PINTO, 2009). Além disso, segundo Inácio & Luca (1994), “a vida medieval, caracteristicamente insegura e economicamente difícil, tornava o homem uma criatura voltada sobretudo para suas dificuldades e necessidades cotidianas, encurralado entre a luta pela sobrevivência e as esperanças de salvação eterna” (p.36). Em busca de conhecimentos práticos que lhe garantissem a subsistência e a segurança, restava ao homem medieval pouco tempo para as preocupações intelectuais, na visão das autoras.

Em vista da noção de ordem que estruturava as formações sociais no período, vê-se que as restrições relativas ao acesso à instrução pode se estender até mesmo às camadas mais nobres:

O rei possui, não apenas o ceptro, mas também a espada. Deve dedicar parte importante do seu tempo às armas. O que o afasta da escola. Se possui a “sageza”, não possui plenamente a cultura. Sem dúvida, é de regra educar o herdeiro do trono como o são os futuros bispos [...]. O rei sabe pois ler um livro escrito em latim, sabe salmodiar a oração. Mas não sabe o bastante para tirar todo o proveito da luz que lhe vem do céu. Precisa de auxiliares que o ajudem a decifrar a mensagem. Disso são capazes os outros *oratores* que não estão, como ele, afastados da reflexão sobre as coisas sagradas pelas preocupações militares. A sua função consiste em traduzir, pela palavra, o que a unção sagrada permite ao soberano ver confusamente. (DUBY, 1994, p. 30-31).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Essa posição privilegiada do sujeito detentor do poder de acesso à escrita atravessa os cantos da comédia dantesca. Os versos abaixo, extraídos do Paraíso, Canto II, ilustram esse aspecto, segmentando aqueles que se encontram em condições de compreender o que é narrado, “Vós que bem cedo volvestes a mira/ ao pão dos anjos, **entre poucos, do qual/viveis**, sem que saciar-vos vos confira,/ bem podeis entrar no alto sal/ vossa nau, minha esteira conservando/antes da água refazer-se igual. (PARAÍSO, Canto II, versos 10-15. Grifos nossos) daqueles que não possuem capacidade para tanto:

Ó vós que em pequenina barca estais,/ e o lenho meu que canta e vai, **ansiosos/ de podê-lo escutar**, acompanhais,/ voltai aos vossos portos costumados, não vos meteis no mar em que, presumo, perdendo-me estaríeis extraviados./ Ninguém singrou esta água que eu assumo;/ conduz-me Apolo e Minerva me inspira,/ e nove musas indicam-me o rumo. (PARAÍSO, Canto II, versos 1-9. Grifos nossos).

Hierarquia de saberes e poderes que estava na base da divisão social e que separava aqueles que podiam entrar na *ordem do discurso*, daqueles que não apresentavam os requisitos para tal. E isso nos remete a um aspecto crucial na definição do sujeito do enunciado e, por conseguinte, na descrição das regras de formação das modalidades enunciativas aqui em foco: o poder da escrita. Quem o detém? Segundo Macy (1967), “raras pessoas se interessavam pela escrita, apenas uns poucos sacerdotes e escribas.” (MACY, 1967, p.13). As produções discursivas que remetem ao período parecem invariavelmente ligadas aos mosteiros. Esses espaços eram os principais, e, por vezes, os únicos centros de educação:

É nos mosteiros espalhados pela Europa, longe do rebuliço das novas cidades emergentes na Europa, que surgem as **Escolas Monásticas** que visam, inicialmente, apenas a formação de futuros monges. Funcionando de início apenas em regime de internato, estas escolas abrem mais tarde escolas externas com o propósito da formação de leigos cultos (filhos dos Reis e os servidores também). [...] Paulatinamente, nas cidades, começam a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

surgir as **Escolas Episcopais** que funcionam numa dependência da habitação do bispo. Estas escolas visavam, em especial, a formação do clero secular (parte do clero que tinha contacto directo com a comunidade) e também de leigos instruídos que assim eram preparados para defender a doutrina da Igreja na vida civil.<sup>692</sup>

Um dado nos parece imprescindível para a análise do *status* daqueles que podem tomar posição para enunciar nesses espaços: a instrução tinha como fim a formação de  *futuros monges*, do *clero secular* e dos leigos propagadores da fé cristã, ou segundo o *De doctrina Christiana* de St. Agostinho, obra que dominará toda a cultura cristã medieval, terá como objectivo formar o *vir Christianus dicendi peritus*. A instrução estava, portanto, a serviço da fé. Logo, somente estariam aptos a entrar na *ordem do discurso* e daí enunciar aqueles que fizessem parte de alguma *ordem*, de um corpo religioso ou sagrado.

Constatação que vai ao encontro de uma outra orientação apresentada por Foucault para análise da formação das modalidades enunciativas: a necessidade de descrever os lugares institucionais de onde são obtidos os discursos, onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação). (cf. FOUCAULT, 2000, p. 58).

Sobre esse aspecto, julgamos pertinente apenas enfatizar o que já foi exposto nas descrições acima: os mosteiros, depositários do legado da Antiguidade, as escolas monásticas, as escolas episcopais, e em períodos posteriores à fundação das primeiras, as universidades, devem ser tomados como os principais centros de difusão de instrução. As bibliotecas das escolas monásticas, episcopais, das universidades é que forneciam aos *homens das letras* vasto material de que se serviam na composição das suas obras.

---

<sup>692</sup> Disponível em <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/modelos/episcopais.htm>>. Acesso em: 22/04/2013.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Da relação entre o *status* exigido e as instituições de onde se obtêm os discursos, toda uma complexa rede de interdições se forma. Da relação entre o *status* do sujeito enunciativo e as finalidades desses espaços institucionais de onde enunciavam é possível depreender regras que podem estar na base da formação das modalidades enunciativas literárias referentes às escolhas temáticas, assim como às configurações formais.

Deve-se, contudo, alertar para os perigos de uma análise que identifique nessa relação uma cega subordinação estrutural. Pensar na prática de produção literária em um dado momento histórico relegando-a ao poder de uma única instituição é recorrer a defasadas concepções de um *assujeitamento sem falhas*. Uma descrição coerente deve, a nosso ver, acerrar-se dos cuidados na observação de um conjunto de forças heterogêneas atuantes em cada momento. Do que resulta, acreditamos, uma terceira orientação proposta por Foucault para a descrição das modalidades enunciativas: descrever as *posições do sujeito*, as quais são definidas pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos. (cf. FOUCAULT, 2000, p. 59).

Se analisarmos toda a rede de relações que é possível ser estabelecida entre o *status* do sujeito que enuncia (o monge, o clero secular e o clero regular, os leigos instruídos...), os lugares de onde falam, de onde obtêm os seus discursos (bibliotecas dos mosteiros, escolas, universidades...), uma diversidade de posições de sujeito podem ser delineadas: além de leitores, destacam-se como copistas, tradutores, comentadores, além de divulgadores dos saberes que se encontravam sob o domínio daquelas instituições, e que tinham por missão o *cuidado das almas*. A grade de especificações das posições de sujeito tende a se multiplicar com as transformações que vão sendo observadas no decorrer dos interstícios entre a Baixa Idade Média e a Idade Moderna.

É desse intrincado feixe de relações que pretendemos descrever as modalidades enunciativas literárias emergentes em cada conjuntura histórica. Daí,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

extrairemos as diversas configurações da literatura. Daí, tentaremos compreender os movimentos dos sentidos da/na literatura.

Por esse dispositivo podemos compreender a riqueza de informações que compõe A Divina Comédia, o que faz dela um belo poema didático enciclopédico na descrição de Auerbach (1994, p.164). Por esse dispositivo é possível compreender as contradições que permeiam a obra, misturando elementos da doutrina cristã com elementos das chamadas doutrinas pagãs, numa obra que muitos dizem como propagadora daquela fé. Por esse dispositivo nos é permitido compreender porque o sentido de originalidade não deve ser aplicar às modalidades enunciativas literárias no período, como também não cabe aí a ideia de plágio. A vinculação de um texto a um outro consagrado pela tradição encontrava-se entre as regras de produção.

Uma descrição mais detalhada, com remissões mais diretas à obra encontra-se entre os procedimentos que se seguem a essa abordagem macro. Configurou-se neste estudo uma pequena amostragem do percurso a ser perseguido rumo à constituição de uma arqueogenealogia do literário.

## CONCLUSÕES

Na leitura macro que desenvolvemos da Divina Comédia, a descrição das regras de formação das modalidades enunciativas foi tomada como procedimento metodológico. Por essa via foi possível traçar alguns aspectos que poderíamos considerar como constitutivos da produção literária no período, a exemplo das aproximações entre obras, tanto no que concerne à forma, quanto ao conteúdo. As relações que se estabelecem entre sujeitos e lugares institucionais, as posições aí especificadas abrem um leque de possibilidades para as produções que podem se encaminhar no sentido de endossar doutrinas, princípios, dogmas, mas também refutá-los, criticá-los, acomodá-los aos interesses dos interlocutores. Nesse



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sentido, constatamos que o que vai definir o modo de ser da literatura em cada momento, dentro de uma perspectiva histórica dos discursos, não são os caracteres intrínsecos a cada obra, mas o conjunto das relações possíveis identificadas no conjunto da produção em correlação com as condições que facultaram a sua emergência. E por não serem tais caracteres intrínsecos ao objeto é que se mostra pertinente que as relações que se contraem sejam identificadas, a fim de se equalizar a liberdade na atribuição de sentidos à produção literária, não em busca de uma uniformização, mas, ao menos, como forma de solapar devaneios e delírios.

## REFERÊNCIAS

- ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Tradução, comentários e notas de Ítalo Eugênio Mauro; prefácio de Otto Maria Carpeaux. São Paulo: Ed.34. 2009.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1994.
- CARPEAUX, Otto Maria. Prefácio à Divina Comédia. In: ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Tradução, comentários e notas de Ítalo Eugênio Mauro; prefácio de Otto Maria Carpeaux. São Paulo: Ed.34. 2009.
- \_\_\_\_\_. A Idade Média por Carpeaux. In: \_\_\_\_\_. **História da Literatura Ocidental**. v.2. São Paulo: Leya, 2012. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=6DKF66g8YbQC&pg=PT3&source=gbs\\_toc\\_r&cad=2#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=6DKF66g8YbQC&pg=PT3&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 16/04/2013.
- DELUMEAU, Jean. **O que Sobrou do Paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DUBY, Georges. **As Três Ordens** ou o Imaginário do Feudalismo. Tradução: Maria Helena Costa Dias. 2. Ed. Lisboa: Editorial Estampa Ltda. 1994.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- INÁCIO, Inês C.; LUCA, Tania Regina de. **O Pensamento Medieval**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- MACY, John. **História da Literatura Mundial**. Trad. Monteiro Lobato. 5.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1967.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PINTO, Julio; CASA NOVA, Vera. **Algumas semióticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.